

Deputados podem

PARLAMENTARES PRETENDEM AUMENTAR SEUS SALÁRIOS PELA

Congresso

JORNAL DA TARDE — 5

ter reajuste de 100%

TERCEIRA VEZ NESTE ANO. SENADOR QUER SALÁRIO DE R\$ 12 MIL.

Os novos parlamentares que tomarão posse na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1995 poderão iniciar o mandato com salários reajustados em até 100%. Apesar de o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), não admitir falar sobre o assunto antes de dezembro, já existem estudos para elevar de R\$ 4.088,00 para R\$ 8 mil os vencimentos dos deputados. O reajuste mínimo proposto até agora é de 35%, o que elevaria os vencimentos dos deputados para R\$ 5.500,00, o equivalente à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

No Senado, a proposta de aumento é mais ousada. Na semana passada, o primeiro-secretário, senador Júlio Campos (PFL-MT), sugeriu triplicar os vencimentos dos senadores, que passariam de R\$ 4.088,00 para R\$ 12 mil. Campos propõe o aumento em troca de alguns privilégios, como o fornecimento gratuito de passagens aéreas. "Um salário de R\$ 3 mil líquidos para um deputado é de matar", afirmou o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino.

Na realidade, além dos R\$ 4 mil brutos (subsídio mais representação), cada um dos 503 deputados recebe hoje pelo menos R\$ 12 mil mensais em ganhos indiretos. Eles têm à sua disposição, além de R\$ 6 mil para pagar os funcionários de seu gabinete, até R\$ 4,2 mil em passagens aéreas (a cota mensal é de três passagens de ida e volta para o Estado de origem e uma para o Rio de Janeiro) e mais cerca de R\$ 2 mil para correio, telefone e auxílio moradia. Se quiser, o parlamentar pode requisitar apartamento funcional.

Um senador, contudo, sai bem mais caro para o bolso do contribuinte. Segundo o primeiro-secretário, a despesa para manter cada

senador em Brasília gira em torno de R\$ 25 mil. O Senado oferece mensalmente cinco passagens aéreas, franquia telefônica total para os gabinetes e de R\$ 118,00 para residências, cota mínima de quatro mil correspondências e ainda a regalia de gastar R\$ 4 mil em impressos na Gráfica do Senado. Cada senador tem direito a carro exclusivo com motorista e a um apartamento funcional. Segundo Júlio Campos, as despesas de manutenção e vigilância de cada imóvel chegam a R\$ 10 mil.

Esta é a terceira vez neste ano que os parlamentares tentam conceder a si mesmos aumentos salariais diferenciados em relação ao restante da população. Em fevereiro, o Congresso aproveitou a votação da medida provisória sobre isonomia salarial e acrescentou um artigo equiparando os salários dos parlamentares aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente Itamar Franco, no entanto, vetou o aumento dos parlamentares.

No dia 16 de março, o plenário da Câmara derrubou o veto de Itamar, por 296 votos a 54, garantindo o reajuste de 23,66%, mas causando uma onda de reações contrárias por parte da sociedade, inclusive na área militar. Não resistindo às pressões, o Senado manteve o veto presidencial por 54 votos a 2, impedindo a equiparação com o STF.

A conversão dos salários para a URV também foi motivo para a autoconcessão de aumentos por parte dos parlamentares. Seguindo o exemplo do STF, que determinou o dia 20 de março como data de conversão dos salários de seus ministros, garantindo uma quantia 10,9% maior em URVs, o Congresso também escolheu esta data, gerando nova crise com o Executivo.

Além do salário, cada um dos 503 deputados recebe hoje pelo menos R\$ 12 mil mensais em ganhos indiretos.